

BOLETIM 2026

Nº 455 – FEVEREIRO DE 2026, 28º ANO

BELÉM/PARÁ 2026

EDITORIAL

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE), por meio da sua Escola Superior da Advocacia Pública (ESAP), promoveu, ao longo do mês de fevereiro, uma série de atividades voltadas a procuradores, servidores e ao público em geral. Entre elas, destacaram-se a Oficina de Automaquiagem - temática de Carnaval, destinada ao público interno e dedicada à valorização da criatividade e da autoexpressão; e a capacitação sobre boas práticas administrativas em Contratos Públicos para Soluções Inovadoras (CPSI), ministrada pelo procurador do Estado, Roberto Ladeira Reis. A programação reforçou o compromisso institucional com a qualificação permanente e a promoção de espaços de integração e aprendizado.

Além disto, importantes avanços foram identificados, como: a edição de atos voltados ao aprimoramento da gestão interna da PGE, incluindo a constituição de comissões para revisão do Regimento Interno da instituição e do Conselho Superior; bem como a definição das metas institucionais para 2026, voltadas à capacitação do quadro funcional, à modernização de processos e à sustentabilidade.

Também merecem destaque iniciativas de responsabilidade social, como a campanha solidária “Dignidade Menstrual”, e a divulgação de relevantes atualizações legislativas nas esferas estadual e federal.

Boa leitura!



CARNAVAL NA PGE: OFICINA DE AUTOMAQUIAGEM PARA SERVIDORAS

No dia 6 de fevereiro, a PGE ofertou a oficina de automaquiagem, com temática para o Carnaval. Um evento promovido para o público interno, realizado no refeitório da instituição, das 9h às 12h, reunindo participantes interessadas em aperfeiçoar técnicas de maquiagem criativa.

Sob a condução da experiente maquiadora Flávia Fontel, as presentes tiveram a oportunidade de aprender sobre composição de cores e aplicação de elementos artísticos adequados à ocasião carnavalesca. A realização dessa oficina reforça o compromisso da PGE com ações que transcendem a esfera estritamente profissional, reconhecendo a importância de momentos que inspiram leveza, arte e autoexpressão, especialmente em períodos festivos como o Carnaval.



PGE
PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO DO PARÁ

EXPEDIENTE

Equipe ESAP:

Camila Farinha Velasco dos Santos
Alessandra Maria Mendonça de Oliveira
Carla Blanco Rendeiro
Tássio Guimarães Senger

Comunicação:

Bárbara Brilhante

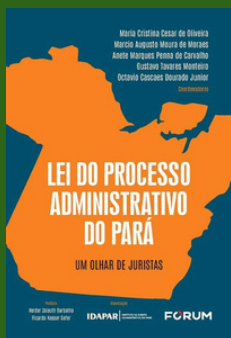
Apoio:

Ana Margarida Vianna
Luciano Júnior Silva da Silva
Lizandra Macedo Pimentel
Louise Letícia Wanzeler
Isadora Maria de Abreu Oliveira
Gabryelly dos Santos Braga
Edvan de Souza Silva

Fechamento desta edição:

27/02/2026

LIVROS DOADOS PARA ESAP



PGE DOA MAIS DE 3,3 MIL FRALDAS E LEITE PARA INSTITUIÇÕES DE SAÚDE E ACOLHIMENTO EM BELÉM

Mais de 3,3 mil fraldas descartáveis e cerca de 20 kg de leite foram doados pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), no dia 05 de fevereiro, para o Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo, Fundação Santa Casa do Pará e creche Lar Cordeirinhos de Deus. A arrecadação foi realizada a partir de uma gincana solidária interna, que foi parte das comemorações pelos 40 anos da instituição.

A ação representa mais uma oportunidade para a PGE continuar sua missão de apoio à comunidade, estreitando laços de solidariedade e promovendo a cidadania de forma prática. Esta é a 4ª doação da instituição, em celebração aos 40 anos da instituição. Em 2025, foram doados livros, lençóis, toalhas e alimentos (arrecadados na corrida).

As fraldas foram distribuídas entre as três instituições e o leite foi destinado exclusivamente à creche Lar Cordeirinhos de Deus, localizada na travessa Castelo Branco, bairro de São Brás, em Belém, que atende mais de 400 crianças, filhos de mães que possuem baixa renda; encaminhadas pelo Conselho Tutelar, Juizado da Infância e da Juventude e Ministério Público; vítimas de agressão de familiares ou desconhecidos, e portadoras de enfermidades de alto risco.

"Como servidora pública, eu me sinto muito realizada enquanto ser humano, ao participar de ações como essa, um momento em que a gente estende a mão para o próximo. A Procuradoria tem como um dos valores declarados na missão a humanização e é o que estamos fazendo, saindo dos nossos muros e incentivando que nossos servidores sejam, cada vez mais, solidários", ressaltou a coordenadora administrativa da PGE, Clara Fonseca.

WORKSHOP: BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS EM CONTRATOS PÚBLICOS



No dia 11 de fevereiro, foi realizada a capacitação "Boas Práticas Administrativas em Contratos Públicos para Soluções Inovadoras (CPSI)", no auditório da PGE, ministrada pelo procurador do estado, Roberto Ladeira Reis.

O evento reuniu servidores, procuradores e demais interessados na temática das contratações públicas voltadas à inovação, proporcionando um espaço de aprendizado e debate.

Durante a exposição, o palestrante se aprofundou nos fundamentos e nas particularidades do Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI), instrumento jurídico criado pela Lei Complementar nº 182/2021, conhecida como Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador (MLSEI). Além disto, também abordou os modelos de Administração Pública no Brasil.

CAMPANHA: DIGNIDADE MENSTRUAL

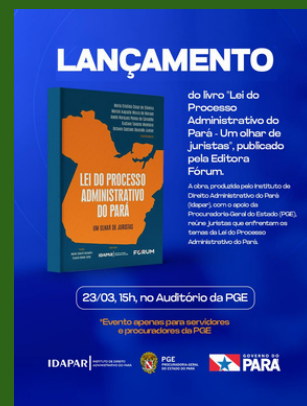


Segue, até o próximo dia 23 de março, a Campanha "Dignidade Menstrual", uma importante iniciativa solidária que tem como objetivo a arrecadação de absorventes em prol da Santa Casa de Misericórdia.

A campanha visa promover saúde, dignidade e cidadania para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Todos estão convidados a participar!

LEPA: LANÇAMENTO OFICIAL



Convite especial a todos os servidores e procuradores para o lançamento da obra "Lei do Processo Administrativo do Pará: Um olhar de Juristas", publicada pela Editora Fórum.

O livro foi realizado pela PGE em parceria com o Instituto de Direito Administrativo do Pará (Idapar).

A programação é voltada apenas para servidores e procuradores da Casa.

Serviço:

Data: 23/03 - 15h

Local: Auditório da PGE





Legislação Estadual:

Em matéria de legislação estadual, destaca-se o Decreto nº 5.184, de 2 de fevereiro de 2026, que fixa o montante de recursos financeiros destinados à utilização como incentivo fiscal na realização de projetos culturais no âmbito do Estado.

Na sequência, vale mencionar a Lei nº 11.330, de 18 de fevereiro de 2026, que institui, no âmbito do Estado do Pará, a Política Estadual de Recenseamento Previdenciário. A Lei é regulamentada pela Portaria nº 59, de 5 de fevereiro de 2026, a qual dispõe sobre a gestão e o controle da base de dados cadastrais dos servidores públicos efetivos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como dos membros da Magistratura, do Ministério Público Estadual, dos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e dos servidores militares, sejam eles ativos, aposentados ou pensionistas, todos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará (RPPS/PA).



Atos normativos federais:

No âmbito do ordenamento jurídico federal, registra-se o Decreto nº 12.839, de 04 de fevereiro de 2026, que institui o Comitê Interinstitucional de Gestão do Pacto Brasil entre os Três Poderes para Enfrentamento do Femicídio.

Além disso, importante mencionar a Lei nº 15.352, de 25 de fevereiro de 2026, que, entre outras providências, alterou a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para dispor sobre a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), assim como trouxe alterações na Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para criar a Carreira de Regulação e Fiscalização de Proteção de Dados, e na Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025 (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o início da vigência da referida Lei.



Gestão interna da PGE:

Por fim, no âmbito da gestão interna da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE/PA), relevantes atos normativos foram editados, refletindo o contínuo esforço de aprimoramento institucional e de modernização administrativa. Nesse contexto, merece destaque a Portaria nº 080/2026-PGE.G, de 2 de fevereiro de 2026, por meio da qual a Procuradora-Geral do Estado, no uso das atribuições conferidas pelo art. 5º, XVIII, da Lei Complementar Estadual nº 041, de 29 de agosto de 2002, constituiu Comissão especialmente designada para promover a revisão do Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Estado do Pará.

Na mesma linha de aperfeiçoamento normativo, foi editada a Portaria nº 096/2026-PGE.G, de 9 de fevereiro de 2026, que constituiu Comissão específica para a revisão do Regimento Interno do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado do Pará. A medida busca adequar o funcionamento do Colegiado máximo da instituição às necessidades atuais, garantindo maior efetividade e segurança jurídica às suas deliberações, especialmente no que tange à atuação estratégica da PGE/PA.

Por fim, relevante mencionar a publicação da Portaria nº 094/2026-PGE.G, de 9 de fevereiro de 2026, que fixou as metas institucionais (coletivas e individuais) para o ano de 2026, tendo como pilares a eficiência e a sustentabilidade. A primeira meta diz respeito à capacitação do quadro funcional. Cada servidor deverá alcançar, até 10/12/2026, o mínimo de 50 h/ano de capacitação, sendo 10 h/ano de cursos voltados para a Qualidade de Vida no Trabalho, promovidos pela ESAP, e 40h/ano de cursos com conteúdos inerentes às suas atividades funcionais, as quais poderão ser acumuladas ao longo do ano.

Outra meta fixada será a atualização do mapeamento de fluxos e processos, apontando aqueles com potencial para automação ou execução mediante o uso de sistema de inteligência artificial. A terceira meta será a promoção de campanhas e ações para a coleta de lixo eletrônico no âmbito da PGE, a ser destinado à reciclagem e/ou recuperação para uso por instituições que atendem crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.



A Portaria nº 112/2026-PGE.G, de 23 de fevereiro de 2026, publicou as metas das Unidades de Trabalho da Procuradoria-Geral do Estado, previstas para serem executadas no decorrer do 1º quadrimestre/2026.

DOCTRINAS EM DESTAQUE

Nº 455 – FEVEREIRO DE 2026, 28º ANO

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CONDOMÍNIO METROPOLITANO E SUA ESTRUTURA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988

Felipe Bizinoto Soares de Pádua

ENTRE O TESOURO E A CONSTITUIÇÃO: A CAPTURA DO STF PELA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Damara Medina

ÔNUS DA PROVA DA FISCALIZAÇÃO NA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O SISTEMA DE PRECEDENTES

Rodrigo Coimbra e Yasmin Saba

PROPOSTAS DE INTERPRETAÇÃO DA EFICÁCIA PROSPECTIVA DA COISA JULGADA NAS RELAÇÕES CONTINUATIVAS A PARTIR DOS TEMAS 881 E 885 DO STF

Ravi Peixoto

FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

A ATENUAÇÃO DA REGRESSIVIDADE E O FOMENTO DA JUSTIÇA FISCAL NO PANORAMA DA REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Letícia de Mello e Marciano Buffon

DIREITO PRIVADO E DIREITO TRIBUTÁRIO: ORIGEM E INTERPRETAÇÕES DO ARTIGO 109 DO CTN

Sergio André Rocha e Jorge Ricardo da Silva Júnior

O REGÍME TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO NAS AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS PÓS-REFORMA

Raphael Silva Rodrigues e Thiago Penido Martins

RESOLUÇÕES VINCULANTES DO FÓRUM DE HARMONIZAÇÃO JURÍDICA DAS PROCURADORIAS: ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE

Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro

DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

DESAPROPRIAÇÃO POR HASTA PÚBLICA COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA URBANA: CONSTITUCIONALIDADE DAS REGRAS MUNICIPAIS QUE DISCIPLINAM O INSTRUMENTO

Alexandre Levin

POSSIBILIDADE DA DESCARACTERIZAÇÃO DA FUNÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPS) DE CURSOS D'ÁGUA

Karolina Vitorino e Liene Mafra Viecili

PROTEÇÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E REFORMA AGRÁRIA: INEFICIÊNCIA E INEFICÁCIA DO REGIME VIGENTE NO BRASIL

Georges Humbert

JUSTA ADAPTAÇÃO URBANA NA IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À CIDADE: UMA LEITURA DO ART. 3º, I, DA LEI Nº 14.904/24

João Luis Nogueira Matias e Luçã Campos Jereissati

DOCTRINAS EM DESTAQUE

Nº 455 – FEVEREIRO DE 2026, 28º ANO

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS SOB A ÓTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS: ANÁLISE DO TEMA Nº 1137

Marina Guapindaia Figueiredo

MODULAÇÃO MULTIDIMENSIONAL E RESCINDIBILIDADE

Georges Abboud, Luís Felipe Bombardi Bortolin e Amanda Bombardi Bortolin

PROCESSO E DIALÉTICA: UMA ANÁLISE EPISTÊMICA DO CONTRADITÓRIO

João Pereira Monteiro Neto

PROVA ORAL NA ERA DIGITAL E A FUNDAMENTALIDADE DO DOMÍNIO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA A GARANTIA DO ACESSO À JUSTIÇA

Hannah Pereira Alff, Raquel Vieira Paniz

TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

'COMPLIANCE' E PROTEÇÃO DE DADOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Câmila Kantor e Walter de Freitas Ceislak

AS PROVAS DIGITAIS EM VÍDEO NO ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ESCRAVO MODERNO NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO PROCESSO TRANSVERSAL

Cláudio Iannotti da Rocha e Alexia Bizi

O JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO NO PROCESSO DO TRABALHO

Ben-Hur Silveira Claus

EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO - FEVEREIRO 2026

EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO NACIONAL DE FEVEREIRO 2026	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL FEVEREIRO 2026	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO PGE/PA FEVEREIRO 2026	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES FEVEREIRO 2026	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM



CALENDÁRIO DE EVENTOS

EVENTOS INTERNOS

EVENTO	FORMATO	DATA	ORGANIZADOR
CORAL DA PGE- ENSAIO	PRESENCIAL	03, 10, 17, 24 e 31/03/2026	ESAP
RODA DE CONVERSA NO MÊS DA MULHER	PRESENCIAL	05/03/2026	ESAP
RODA DE CONVERSA: O PAPEL DOS HOMENS NA CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES SEGUROS	PRESENCIAL	09/03/2026	ESAP

EVENTOS EXTERNOS

EVENTO	FORMATO	DATA	ORGANIZADOR	LINK
ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	PRESENCIAL	08 A 10/04/2026	ZENITE	ACESSE AQUI
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS-TEMAS POLÊMICOS E SOLUÇÕES APLICADAS	ONLINE	13 A 17/04/2026	ZENITE	ACESSE AQUI
7º ENCONTRO NACIONAL DAS PROCURADORIAS DE SAÚDE. JUSTIÇA E SAÚDE NO CORAÇÃO DA AMAZÔNIA	PRESENCIAL	22 E 23/04/2026	ANAPE	ACESSE AQUI
TERCEIRIZAÇÃO EM FOCO	PRESENCIAL	13 A 15/05/2026	ZENITE	ACESSE AQUI
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA ÀS CONTRATAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO E DAS ESTATAIS	ONLINE	25 A 28/05/2026	ZENITE	ACESSE AQUI
1º ENCONTRO NACIONAL DE PROCURADORIAS PREVIDENCIÁRIAS (ENPREV)	PRESENCIAL	28 A 30/05/2026	ANAPE	ACESSE AQUI
XXI FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO & GESTÃO PÚBLICA	PRESENCIAL	26, 27 E 28/08/2026	FÓRUM	ACESSE AQUI
52º CONGRESSO NACIONAL DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	PRESENCIAL	9 A 12/11/2026	ANAPE	ACESSE AQUI